

TEMAS EM DESTAQUE

PORTUGAL - CONTAS PÚBLICAS SOB CONTROLO NA PRIMEIRA METADE DE 2017

□ Défice aumentou EUR 265 milhões até Junho, na óptica de caixa

O défice orçamental registou um agravamento em EUR 265 milhões até Junho, de acordo com os dados publicados em contabilidade pública. As receitas e as despesas aumentaram, ainda que a um ritmo bastante abaixo das expectativas do Governo inscritas no Orçamento de Estado para 2017. No caso das receitas, a débil *performance* reflecte a antecipação do pagamento dos reembolsos em sede de IRS e IVA, embora mesmo retirando este efeito haja ainda uma colecta de receita abaixo do previsto. Corrigindo este efeito, no caso do IRS, este cresce apenas 0.5%, abaixo dos 1.8% previstos no OE. No caso das despesas, as transferências correntes e os subsídios diminuíram até Junho; por outro lado, as outras rubricas aumentaram em comparação com o mesmo período do ano anterior. Tendo em conta esta análise, consideramos provável que o défice no final do ano não se desvie muito do objectivo do Governo, ainda que a segunda metade do ano deva apresentar várias pressões, nomeadamente em sede de receita do IRS.

1. Execução Orçamental – Contabilidade Pública

**Execução Orçamental (Janeiro - Junho 2017)
(Contabilidade Pública)**

(milhões EUR)

| | Execução Orçamental | | Taxa de Variação Homóloga % | | Contribuições |
|---------------------------|---------------------|-----------------|-----------------------------|--------------|---------------|
| | Junho 2016 | Junho 2017 | Δ Junho 17/16 | OE 17 | |
| Receita Corrente | 35,754.3 | 36,044.0 | 0.8% | 2.7% | 0.8% |
| Receita Fiscal | 21,021.4 | 20,709.8 | -1.5% | 2.1% | -0.9% |
| Impostos Directos | 8,970.7 | 8,427.1 | -6.1% | 2.0% | -1.5% |
| Impostos Indirectos | 12,050.7 | 12,282.7 | 1.9% | 2.1% | 0.6% |
| Contribuições Seg. Social | 9,288.1 | 9,322.7 | 0.4% | -0.6% | 0.1% |
| Outras Receitas Correntes | 5,344.5 | 5,766.5 | 7.9% | 12.4% | 1.2% |
| Receita de Capital | 892.8 | 987.1 | 10.6% | 39.5% | 0.3% |
| Receita Efectiva | 36,647.1 | 37,031.1 | 1.0% | 3.6% | 1.0% |
| Despesa Corrente | 37,393 | 37,589 | 0.5% | 2.6% | 0.5% |
| Despesas com Pessoal | 10,083 | 10,109 | 0.3% | 0.9% | 0.1% |
| Aquisição Bens e Serviços | 5,000 | 5,268 | 5.3% | 2.0% | 0.7% |
| Juros e outros encargos | 4,963 | 5,093 | 2.6% | 0.7% | 0.3% |
| Transferências Correntes | 16,573 | 16,228 | -2.1% | 1.6% | -0.9% |
| Subsídios | 403 | 371 | -7.9% | 4.8% | -0.1% |
| Outras Despesas Correntes | 367 | 515 | 40.2% | 89.4% | 0.4% |
| Despesa de Capital | 2,065 | 2,518 | 21.9% | 27.3% | 1.1% |
| Despesa Efectiva | 39,458 | 40,106 | 1.6% | 4.1% | 1.6% |
| Saldo Global | -2810.7 | -3075.2 | 9.4% | | |
| Saldo Primário | 2,152.0 | 2,018.1 | -6.2% | | |

Fonte: DGO, calc. BPI.

As contas públicas em óptica de caixa até Junho, publicadas pela DGO, revelaram um agravamento do défice orçamental em cerca de EUR 264.5 milhões em comparação com igual período de 2016, para EUR 3075.2 milhões. Este desempenho é explicado pela deterioração das contas do Governo Central, a par da Administração Local e Regional e Serviços e Fundos Autónomos; nos últimos dois casos, registou-se um superávit até Junho, embora menor do que no ano passado. Em sentido oposto, a Segurança Social registou um desempenho positivo nos primeiros seis meses de 2017, melhorando o saldo positivo em EUR 418.9 milhões para EUR 1228.8 milhões. **O saldo orçamental primário manteve-se positivo em EUR 2 mil milhões até Junho, ainda que, comparando com o período homólogo, este saldo tenha sido inferior, em cerca de EUR 134 milhões.**

As receitas aumentaram 1.0% y/y até Junho, substancialmente abaixo das expectativas do Governo (o Executivo projectou um crescimento de 3.6% y/y no Orçamento de Estado para 2017). As receitas correntes subiram 0.8% y/y (Orçamento de Estado prevê um crescimento de 2.7% y/y), explicado pelas receitas fiscais; de facto, as receitas com impostos directos diminuíram substancialmente, em linha com o aumento dos reembolsos de IRS (de acordo com a DGO, os reembolsos aumentaram EUR 1113.7 milhões, nos primeiros 6 meses de 2017, o que justifica inteiramente a diminuição na receita de IRS, e se deve principalmente a uma execução mais adiantada destes reembolsos) – **ainda assim, há que tomar**

PORTUGAL - CONTAS PÚBLICAS SOB CONTROLO NA PRIMEIRA METADE DE 2017 (cont.)

nota de que sem os reembolsos, a receita de IRS está a crescer apenas 0.5%, abaixo dos 1.8% esperados, e os reembolsos já executados equivalem à totalidade dos reembolsos de 2016, o que faz crer que nem todo o efeito de aumento dos mesmos deriva da diferença na calendarização. Além dos impostos directos, as restantes rubricas de receita não têm desvios muito significativos face ao previsto no Orçamento de Estado. Ao mesmo tempo, as receitas com IRC continuaram a aumentar consideravelmente (22.5% y/y), reflectindo o aumento das autoliquidações relativas a 2016 e sugerindo melhorias nos balanços do sector empresarial. Adicionalmente, foram também relevantes os reembolsos em sede de IVA (+16.6% y/y até Junho). A taxa de execução da receita total encontra-se em 45.7% do orçamentado; no mesmo mês do ano passado, estava executado 47.0% do que seria cumprido para todo o ano. Esta diferença indica que, tal como no ano passado, é provável que haja um desvio significativo da receita face ao estimado. Porém, é bastante possível que grande parte desse desvio venha a ser mitigado nos próximos meses devido ao diferente comportamento intra-anual dos reembolsos do IRS.

A despesa tem também aumentado a um ritmo inferior ao estimado, 1.6% y/y (o Governo projectou um crescimento de 4.1% para o total do ano). Todas as rubricas de despesa aumentaram, com excepção das transferências correntes (-2.1% y/y), onde os subsídios de desemprego estão incluídos, e os subsídios (-7.9% y/y). O desempenho observado nas transferências correntes ficou a dever-se à contracção da despesa com pensões, relacionado com o pagamento do 13º mês em duas fases: 50% da prestação é paga ao longo do ano, enquanto os restantes 50% são pagos em Novembro (em 2016, a totalidade da prestação era paga em duodécimos). Adicionalmente, foi também relevante a evolução positiva do mercado de trabalho, que permitiu uma redução nos pagamentos de subsídios de desemprego. As despesas com pessoal aumentaram 0.3% y/y, influenciadas por vários factores que contribuíram de maneira distinta para este desempenho. A influenciar em sentido ascendente estiveram: (i) a eliminação gradual da redução remuneratória na Administração Pública em 2016; (ii) o aumento do subsídio de refeição; e (iii) outros relacionados com o carácter sectorial (nomeadamente na área da saúde, como, por exemplo, o aumento dos encargos com horas extraordinárias, e educação). Em sentido descendente esteve o pagamento de 50% do subsídio de Natal em duodécimos e o restante em Novembro, em contraste com 2016, em que a totalidade do subsídio era pago em duodécimos. A despesa com a aquisição de bens e serviços aumentou 5.3% y/y até Junho, ultrapassando o ritmo de crescimento esperado pelo Governo para o total do ano (2.0%), principalmente devido a aquisições feitas no Sistema Nacional de Saúde e outras aquisições também relacionadas com o sector da saúde (dos EUR 267.5 milhões de aumento na aquisição de bens e serviços, EUR 149.1 devem-se ao sector da Saúde). Ao mesmo tempo, a rubrica de juros e outros encargos aumentou 2.6% y/y, acima dos 0.7% previstos no OE2017, mas parcialmente devido a um diferente perfil intra-anual destes gastos. Considerando estes dados, a taxa de execução das despesas correntes fixou-se em 47.3% no período entre Janeiro e Junho deste ano. Relativamente às despesas de capital foi possível observar um incremento de 21.9% y/y até Junho, uma variação já mais próxima do aumento de 27.3% orçamentados para este ano.

Em conclusão, a execução orçamental continua largamente sob controlo, embora com alguns desvios, tanto do lado da despesa como da receita. Assim, permanece inalterada a nossa perspectiva de que o défice em contabilidade nacional no final do ano não deva ultrapassar os 2% registados no ano passado, sendo mesmo credível o cumprimento integral da previsão do Governo, de 1.5% do PIB. Apesar dos problemas decorrentes da falta de receita, sobretudo no que toca ao IRS (haverá um impacto maior da redução da sobretaxa de IRS nos maiores rendimentos na 2ª metade do ano), esperamos que o Governo tenha margem para ajustar os gastos, em particular no investimento e na aquisição de bens e serviços, de modo a prevenir desvios muito significativos.